



Doi: <https://doi.org/10.17058/rzm.v14i2.20733>

IMPRENSA FEMINISTA EM SERGIPE: DIÁLOGOS ENTRE SOCIEDADE E MOVIMENTO FEMINISTA NA REVISTA RENOVAÇÃO

PRENSA FEMINISTA EN SERGIPE: DIÁLOGOS ENTRE LA
SOCIEDAD Y EL MOVIMIENTO FEMINISTA EN LA REVISTA
RENOVAÇÃO

FEMINIST PRESS IN SERGIPE: DIALOGUES BETWEEN SOCIETY
AND THE FEMINIST MOVEMENT IN THE MAGAZINE
RENOVAÇÃO



Tirzah Braga de Menezes¹

Valeria Maria Vilas Bôas²

Resumo: Este artigo apresenta a Revista Renovação, publicada nos anos 1930 em Sergipe, como um instrumento de diálogo entre a sociedade e o movimento feminista. Classificada como uma revista literária, se destacou por dar espaço para publicação de mulheres. Discutimos, a partir de textos da revista e de uma perspectiva dos estudos culturais e da análise do discurso foucaultiana, como o feminino pode tensionar o jornalismo e se configurar enquanto instância relevante de disputa por transformações sociais.

¹ Universidade federal do Sergipe - Brasil

² Universidade federal do Sergipe - Brasil

Palavras-chave: jornalismo de Revista; feminismo; Sergipe; Estudos Culturais.

Resumen: Este artículo presenta la revista Renovação, publicada en la década de 1930 en Sergipe, como un instrumento de diálogo entre la sociedad y el movimiento feminista. Clasificada como revista literaria, se destacó por dar espacio a la publicación de mujeres. A partir de textos de la revista y desde una perspectiva de los estudios culturales y del análisis del discurso foucaultiano, discutimos cómo lo femenino puede tensionar el periodismo y configurarse como una instancia relevante de disputa por las transformaciones sociales.

Palabras chaves: periodismo de revista; feminismo; Sergipe; estudios culturales.

Abstract: This article presents Revista Renovação, published in the 1930s in Sergipe, as an instrument of dialogue between society and the feminist movement. Classified as a literary magazine, it stood out for giving space to women's publications. Based on texts from the magazine and from a perspective of cultural studies and Foucauldian discourse analysis, we discuss how the feminine can put pressure on journalism and become a relevant arena for the struggle for social change.

Key-words: magazine journalism; feminism; Sergipe; cultural studies.

Imprensa feminista em Sergipe: diálogos entre sociedade e movimento feminista na revista Renovação

A década de 1930 foi um período de grande importância para o movimento feminista no Brasil, marcado por avanços significativos na luta pela igualdade de gênero e pela conquista de direitos das mulheres, a exemplo do voto, legalizado em 1932. Sob a influência internacional da chamada primeira onda feminista, a participação de mulheres na imprensa brasileira passou a ser mais recorrente e, naquele momento, as publicações destacavam, principalmente, os direitos políticos para as mulheres – tanto o voto quanto a participação na política – e o acesso à educação.

Sergipe também testemunhou o surgimento e circulação de um veículo de imprensa que se propôs a defender o feminismo nesse contexto: a revista Renovação. O periódico foi publicado nos anos de 1931, 1932 e 1934, tendo como editora Maria Ritta Soares de Andrade, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia, que, de forma pioneira no estado de Sergipe, gerenciou uma publicação que dava espaço para mulheres e para o debate de temas sobre o feminismo.

A primeira edição de Renovação foi publicada em 1º de janeiro de 1931. Classificada pela editora como uma revista literária, formato comum na época, o periódico se destacou pela abordagem de temas feministas e por dar espaço para que mulheres publicassem suas produções. A Renovação trouxe para a capital sergipana temas e questões discutidos no país – pois o feminismo já ocupava discussões em grandes centros e em pequenas capitais – criando uma conexão entre o movimento feminista organizado e a sociedade letrada do menor estado da federação a partir de textos escritos por mulheres abordando temas que eram mais comuns aos homens, a exemplo de política, educação, direitos políticos.

Neste artigo, propomos uma análise de textos publicados na revista a partir de uma perspectiva da análise do discurso foucaultiana (Foucault, 1996) tendo como ponto de partida uma curadoria que privilegia aqueles que abordam a mulher e as suas lutas. Entendemos que Renovação foi um instrumento de diálogo entre a sociedade sergipana e o movimento feminista brasileiro a partir da atuação de sua editora, Maria Ritta. Algumas questões orientaram essa reflexão: de que forma o feminismo é representado pelo jornalismo da revista? Como Maria Ritta Soares de Andrade, identificada como feminista, defendia os direitos das mulheres e quais direitos estavam em pauta na sua visão? A publicação restringe-se à questão de gênero ou também aborda debates relacionados à raça e classe? Essas inquietações iniciais deram origem à questão que norteia este estudo: de que maneira as ideias feministas foram defendidas na revista Renovação durante os anos de 1931 e 1932?

Ao abordar o feminismo, é essencial reconhecer sua pluralidade. Em diferentes contextos históricos e geográficos, surgiram múltiplas vertentes e fases do feminismo, tanto no Brasil quanto no mundo. Considerando essa diversidade, a Renovação foi analisada sob um olhar crítico, buscando compreender como o feminismo se manifesta em suas páginas. Partimos, portanto, de uma abordagem informada pelos estudos culturais em diálogo com a análise do discurso para compreender não apenas a construção discursiva sobre o feminismo na publicação, mas também dinâmicas socioculturais mais amplas que apontam para importantes transformações.

Desafiar o silêncio para ecoar uma voz coletiva

A década de 1930 foi um período de grande importância para o movimento feminista no Brasil, caracterizado por avanços significativos na luta pela igualdade de gênero e pela conquista de direitos fundamentais das mulheres, como o direito ao voto, legalizado em 1932. Esse marco histórico foi resultado de um processo gradual, que envolveu a mobilização de mulheres organizadas e o apoio de figuras influentes, como Bertha Lutz, que desempenhou papel fundamental na aprovação da legislação.

Nesse cenário, os jornais e revistas alinhados à causa feminista ou fundados por mulheres foram cruciais para defender e difundir os ideais feministas. Ribeiro (1998) relata que em meados da década de 1930, as redações dos jornais no Brasil funcionavam como um clube masculino. “Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servia para fazer o café: circulava na área de serviço” (Ribeiro, 1998, p. 31). Ter mulheres escrevendo em jornais ou fundando seus próprios periódicos para abordar temas ligados ao feminismo era uma grande rebeldia.

Michelle Perrot (2005) destaca que no início do século XIX algumas mulheres conseguiram romper “um oceano de silêncio”, iniciando a transformação do horizonte sonoro, com a “irrupção de uma presença e de uma fala femininas em locais que lhes eram então proibidos, ou pouco familiares” (Perrot, 2005, p. 9). Essa voz ecoou audível nos palanques e nas ruas, e também como editoriais, manifestos e crônicas nos panfletos, jornais e revistas.

Nomes como Bertha Lutz, Leolinda Daltro e Maria Eugênia Celso tiveram papel fundamental na organização do movimento feminista no Brasil e na sensibilização da sociedade para as questões de gênero nessa época, acompanhando uma onda feminista que estourava em todo o mundo. Em Sergipe, a publicação da revista Renovação, fundada e editada por Maria Ritta Soares de Andrade, é um caso que merece atenção por refletir a atuação de sua editora – uma mulher que, nos anos 1930, encarnava um mosaico de papéis e desafios, sempre atuante pela inclusão política das mulheres nas decisões do país. Circulando entre os principais nomes do feminismo do Brasil, cabia a Maria Ritta encabeçar em Sergipe um movimento em prol da luta pelo direito ao voto universal e outras bandeiras feministas da época.

As mulheres tinham acesso restrito à educação, por isso, não eram consideradas público leitor e, muito menos, produtoras de conteúdos textuais. Assim como ocorreu até mesmo nas grandes cidades, essa limitação dificultou a criação de grupos feministas com voz ativa em Sergipe, já que, naquele momento, a educação era uma das principais bandeiras do feminismo

no estado e no Brasil. É importante ressaltar que em um país atravessado historicamente por um passado colonial cujo legado inclui diferenças significativas também de classe e raça, essa demanda por acesso a educação era uma pauta feminista que estava em diálogo com valores burgueses, sem atenção a demandas de mulheres negras ou de classes populares. Reconhecer essa limitação do movimento à época, demanda de nós situá-lo em um contexto mais amplo de limites e pressões que atuam em conformações culturais específicas. Para Raymond Williams (1977), pensar em termos desse sistema de limites e pressões significa, recuperando o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, orientar a atenção para as relações de força exercidas em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva e não apenas nas relações produtivas ou por seu imperativo. Assim, para o autor, a cultura é ordinária, é algo que constitui nossas relações mais cotidianas.

A nossa abordagem a partir dos estudos culturais demanda, portanto, uma compreensão dos sujeitos e das instituições como instâncias transpassados por diversas dimensões de formações culturais e disputas políticas – entre as quais entendemos também aquelas que falam do pessoal implicado como político – e implicados em uma rede de partilhas que para além das considerações de evidências racionais é formada também pela consideração de valores éticos, estéticos e morais, aprendidos nas tradições e relações comunitárias e cotidianas.

Nesse sentido, é necessário reconhecer que as lutas sociais são também atravessadas pelas relações de poder que constituem nossos entornos – ao mesmo tempo que pautam transformações centrais nos sistemas políticos, por exemplo, são, por vezes, construídas a partir de posições de poder que autorizam uma disputa em certos termos. A mulher intelectual e emancipada, na década de 30 do século passado, era considerada com certa suspeição, tendo em vista que poderia influenciar de forma negativa outras mulheres que estavam acomodadas em papéis tradicionais como esposas, mães e donas-de-casa exemplares. O acesso à educação formal era restrito, garantido apenas o acesso às primeiras letras a partir de 1834 (Freitas, 2003, p. 158). No final do século XIX e começo do século XX, algumas mulheres das classes mais abastadas conseguiram estudar e passaram a questionar as imposições e limitações às quais estavam submetidas. As mulheres que encaravam esse caminho das letras, no entanto, não eram vistas com bons olhos pela sociedade patriarcal.

Na década de 1930, a aparição de mulheres engajadas em questões sociais ou que se manifestassem a respeito era incomum na sociedade sergipana (Freitas, 2003), mas começou a apresentar uma sensível mudança a partir de um contexto em que mudanças sociopolíticas do país possibilitaram uma maior participação das mulheres, inclusive com o direito ao voto. De

acordo com Buitoni (1981), a propagação de ideias feministas e o espaço social alcançado pelas pioneiras da imprensa foram fundamentais para fugir do estereótipo e apresentar outras possibilidades de atuação e existência para as mulheres, contrapondo o ideal feminino dócil e domesticado propagado pela imprensa hegemônica. Assim, temas como liberdade fora do lar e direitos das mulheres foram pautados nas novas revistas que passaram a circular.

Essas mudanças impulsionaram uma maior manifestação das mulheres e a difusão dos ideais feministas. A imprensa de revista, em especial, foi um espaço fundamental para fortalecer essa discussão em terras sergipanas. É interessante pensar que ter mulheres ocupando espaços prioritariamente masculinos se apresenta como um movimento contra hegemônico à ordem da época, extremamente patriarcal. É possível identificar nas páginas de *Renovação* exemplos de como ocupar espaços era um movimento que pressionava o processo social, como afirma o trecho abaixo:

Julgavam a mulher um ser psicologicamente inferior, classificada na escala zoológica como um tipo intermediário entre o macaco de Darwin e o homem moderno! Era um objeto de luxo, um adorno, uma “coisa” bonita que enfeitava a casa!... (Maia Filho, *Renovação*, 1931, n. 19, p. 1).

A imprensa feminista na década de 1930 era diversificada, com a existência de jornais e revistas voltados para diferentes públicos e regiões do Brasil. Alguns periódicos eram mais generalistas, abordando uma ampla gama de questões feministas, enquanto outros se concentravam em tópicos específicos, como direitos políticos, questões trabalhistas ou literatura feminina. Fora dos grandes centros, os periódicos feministas foram cruciais para fazer circular os ideais em defesa dos direitos das mulheres.

Apesar dos avanços, a imprensa feminista enfrentava desafios e obstáculos. O acesso a recursos financeiros e materiais para a produção dos periódicos nem sempre era fácil, o que muitas vezes limitava a circulação e a longevidade de algumas publicações. Além disso, a luta pelo reconhecimento e pela igualdade de gênero enfrentava resistência de setores conservadores da sociedade.

Renovação: uma revista alinhada a seu tempo

No Brasil, a consolidação das primeiras publicações feministas ocorreu em um contexto de resistência às normas sociais e à exclusão das mulheres dos espaços de poder. Durante a primeira metade do século XX, mulheres como Bertha Lutz, Ercy Pereira e Carmen Portinho

se destacaram na imprensa, utilizando os periódicos como um canal para denunciar as desigualdades e reivindicar direitos fundamentais, como o acesso à educação e ao sufrágio. Essas figuras atuaram como vozes fortes na articulação do movimento feminista, contribuindo para o debate sobre a emancipação feminina em um país marcado por uma sociedade patriarcal e conservadora.

Desbravadora e pioneira, Maria Ritta dedicou-se à luta pela educação das mulheres e à conquista de direitos que favorecessem sua emancipação. Conforme destacado na nota biográfica do Dicionário de Mulheres do Brasil (Schumacher; Brazil, 2000), ela foi uma das pioneiras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada por Bertha Lutz, e teve um papel fundamental na criação da Associação Brasileira de Mulheres Universitárias (ABMU), da qual foi presidente. Além disso, foi responsável pela fundação da seção sergipana da União Universitária Feminina (UUF). Mulher negra, advogada e ativista, Andrade não apenas participava das discussões feministas nacionais, mas também traduzia esses debates para a realidade local, tendo tornado a revista que publicou em um espaço de articulação e reivindicação. Seu discurso não se limitava à luta pelo sufrágio, mas também abordava a independência econômica, a educação e a presença feminina nos espaços de poder.

O ineditismo de Maria Ritta se revela em diversos aspectos de sua trajetória, mas sua formação universitária se destaca de maneira especial. Seu destaque na luta pelos direitos das mulheres teve início ainda na década de 1920, quando iniciou seu contato com importantes nomes do feminismo sergipano e brasileiro antes mesmo de ingressar na Faculdade de Direito da Bahia. Entre essas figuras estavam Bertha Lutz, Carmen Portinho e Cezartina Regis. Foi nesse período que ela fortaleceu suas relações e contribuiu para as discussões sobre os direitos políticos das mulheres e a importância da educação como ferramenta essencial nesse processo.

Em 1931, Maria Ritta fundou a revista *Renovação*. Segundo Pina (1994), o movimento feminista em Sergipe era ainda tímido na época do lançamento da revista, que desempenhou um papel crucial ao proporcionar uma plataforma para a divulgação dessas causas e fortalecer o movimento no estado. Embora fosse comum encontrar homens escrevendo sobre o tema, a verdadeira inovação da revista estava na liderança editorial feminina e na publicação de textos e imagens de mulheres que representavam a luta pelo feminismo no Brasil. A revista editada por Maria Ritta defendia a emancipação das mulheres e seguiu com pautas feministas, especialmente até 1932. Segundo Freitas (2003), ao analisar a *Renovação*, é possível perceber como as questões sociais e culturais da época foram marcadas por tentativas de ruptura e continuidade, em um momento crucial da década de 1930. De acordo com Ibarê Dantas (2022,

p. 131), a revista aglutinava mulheres letradas “divulgando matérias de nível no campo do ensino, pregando reformas educacionais, em meio a poesias e artigos diversos, contribuiu para elevar o debate no Estado sobretudo até 1932” (Dantas, 2022, p. 131).

É interessante destacar que, apesar de ser publicada até 1934, assim como Dantas (2022) aponta, o momento mais combativo da revista aconteceu nos seus primeiros dois anos, quando o conteúdo da *Renovação* tinha um cunho político, fato que não aconteceu no seu último ano. Nessa época, foram publicados textos que reivindicavam o direito da mulher, defendiam o interventor federal em Sergipe à época³, noticiavam realizações de sergipanos além das divisas estaduais e questões jurídicas que estavam em destaque na sociedade local e nacional daqueles dois anos.

A trajetória das mulheres na imprensa não apenas reflete o desafio de conquistar espaços em um meio predominantemente masculino, mas também revela a construção de um discurso que tensionava as estruturas sociais vigentes, questionando as limitações impostas ao gênero feminino. A ocupação das páginas dos jornais e revistas tornou-se, portanto, um marco importante na luta feminista, ampliando os horizontes de ação das mulheres e reafirmando seu direito à voz e à participação política. Ao utilizar esses veículos para questionar as normas estabelecidas, as mulheres não só desafiaram as convenções sociais, mas também moldaram um espaço de visibilidade e ação, consolidando a imprensa como uma ferramenta de resistência e transformação social.

Consideramos aqui que a revista *Renovação* foi, portanto, um dispositivo discursivo essencial para fortalecer a presença feminina no debate público em Sergipe, permitindo que as mulheres se vissem e fossem vistas como protagonistas de suas histórias. Para Dominique Mehl (2007), as linhas de demarcação entre público e privado, definidas e acordadas na cultura e na sociedade a partir de normas e regras de conduta, ainda que tenham sido sempre fluidas, permaneceram historicamente como um princípio de organização do debate público. Em um tempo-espacó caracterizado por uma divisão bem demarcada entre um espaço público de protagonismo masculino e espaços privados onde predominava a atuação feminina, a revista se estruturava como um espaço de enunciação que confrontava as normas patriarcais ao mesmo tempo em que negociava sua legitimidade dentro dos limites discursivos da época. O uso de

³ A relação de Maria Ritta com o interventor Augusto Maynard recebeu imensa atenção na publicação e revelava concessões políticas realizadas pela editora, possivelmente adotadas como estratégia para garantir a continuidade do periódico. Além disso, a participação masculina foi constante, com colaborações em todas as edições. A editora fazia questão de enaltecer personalidades masculinas da sociedade e do cenário político sergipano.

diferentes estratégias discursivas permitiu que a publicação transitasse entre ruptura e adaptação, equilibrando a contestação ao status quo com a necessidade de inserção no debate público.

O acervo da revista disponível hoje para pesquisa não comprehende todos os números publicados. Atualmente, a Biblioteca Epiphânio Dória, em Aracaju, mantém apenas 18 edições da revista, o que não chega a 50% do acervo original. Além destes exemplares, há no arquivo de uma das autoras deste texto dois outros exemplares, totalizando 20. Quanto ao restante, não há registros ou vestígios. Essa perda, embora lamentável, não é surpreendente, considerando que a preservação da memória histórica não figura entre as prioridades da sociedade brasileira. A ausência de políticas públicas eficazes de preservação patrimonial torna evidente o risco constante de desaparecimento de elementos essenciais para a reconstrução do passado. O acesso incompleto às edições da revista – tanto no formato físico, com os exemplares originais, quanto no digital, por meio de edições digitalizadas – representa certamente um desafio, mas não inviabilizou a realização da pesquisa. A partir dos exemplares da revista que puderam ser consultados, foi feita uma curadoria dos textos que abordam a mulher e as suas lutas, que foram examinados à luz da análise do discurso (Foucault, 1996). Entendemos, nesse sentido, que o discurso, em sua complexidade, não apenas traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas também se constitui como o próprio campo de batalha pelo poder desejado. Nesse sentido, a Renovação foi entendida como um instrumento estratégico para o exercício de poder, proporcionando um espaço onde as mulheres podem reivindicar sua voz e ocupar, de forma consciente, o cenário social e político da época. Apresentamos, a seguir, uma análise de parte deste material, com maior atenção aos textos publicados em seus três primeiros números, responsáveis por apresentar ao público as questões que guiavam o diálogo que sua editora pretendia construir com a sociedade.

As estratégias do discurso na revista *Renovação*

O primeiro número da *Renovação*, publicado em 1º de janeiro de 1931, traz em seu editorial uma apresentação do periódico e das motivações que fundamentam sua criação. Intitulado *Apresentando*, o editorial é um manifesto da autora, que descreve o novo órgão como um espaço destinado a valorizar a intelectualidade dos sergipanos e sergipanas, muitas vezes

ofuscada ou negligenciada. A autora destaca que a revista se propõe a ser um local onde essas vozes possam emergir, sendo reconhecidas e respeitadas, especialmente aquelas que, por diversos fatores sociais e culturais, tendem a se esconder ou a ser marginalizadas:

Ha, porém, grande parte de intelligencia moça, que se atrophia, incognita, nos nossos estreitos limites; que tem surtos de evolução e progresso mas que se retrae e esconde, com o pudor, talvez, de aparecer.

Entre os homens isto, ás vezes, se dá; entre as mulheres é a regra geral. (...)

O provincianismo cria esse <pudor> de ser mal visto pelos retrogrados, pelos ignorantes e inconscientes e ninguem escreve, ninguem lê, principalmente a mulher, ou se lê, si escreve, è ás esconsas para que não se saiba, afim de evitar o ridículo.

E' uma tristeza, mas é a verdade (...)

Para tanto, todavia, precisavamos de um orgão, onde, congraçando as intelligencias despersas, pudessemos iniciar a nossa companha, que, emfum é de educação civica, porque não ha civismo sem instrucção (Andrade, 1931a, p.1).

O trecho do editorial de *Renovação*, conforme apresentado por Maria Ritta, reflete um gesto de afirmativa subversiva no contexto intelectual e político da época. A proposta de se colocar como “o celeiro das intelligências avidas de elevação” revela uma intenção explícita de nutrir e dar visibilidade à produção intelectual local, no entanto, a referência a uma dependência do povo para sua sobrevivência coloca a revista em uma posição de vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, de serviço ao coletivo. Ao se afirmar como dependente dos “favores” do povo, o editorial sublinha uma relação de reciprocidade e responsabilidade social, insinuando que sua existência e continuidade dependem da aceitação e apoio da comunidade. Este apelo à coletividade não apenas reflete um viés democrático, que reforça à luta pelo direito ao voto feminino, mas também reflete a tentativa de engajamento das massas com um produto cultural local.

Porém, o fato de a publicação se referir ao “orgão” que visa trazer o que de melhor da intelectualidade sergipana, implica em uma ambiguidade, visto que a definição do “melhor” aqui é pautada por um referencial externo: a perspectiva europeia. A utilização dessa perspectiva externa como critério de avaliação das ideias locais reflete o processo de construção e legitimação da modernidade no Brasil, marcado pela adoção de padrões culturais e intelectuais vindos da Europa, especialmente da França e da Inglaterra, que serviam como modelos de

erudição e sofisticação. Ao mesmo tempo, essa escolha também coloca a *Renovação* em uma posição de ambiguidade, pois, enquanto busca legitimar a intelectualidade local, acaba por reproduzir um sistema de referências que não era originário de sua própria realidade. A revista, ao reivindicar uma expressão intelectual genuinamente sergipana, acaba por ser atravessada por uma tensão entre as tentativas de autonomia cultural e a dependência de uma herança europeia que permeia a construção do saber no Brasil e revela acomodações de disputas culturais na relação com a hegemonia colonial estabelecida.

Ainda na primeira edição da *Renovação*, foi publicada a coluna intitulada *Feminismos*, assinada por Carmen Velasco Portinho, feminista, engenheira e urbanista. Na página 4, Portinho compartilha impressões sobre o 6º Congresso Internacional de Estradas de Rodagem, evento relevante no campo das engenharias. Ao analisar essa publicação, observa-se que, embora o texto não aborde diretamente a luta das mulheres no congresso ou o papel específico das mulheres naquele evento, a presença de uma mulher em um ambiente dominado por homens já se configura como um ato simbólico de resistência. O principal objetivo da publicação parece ser justamente destacar a participação feminina naquele espaço profissional historicamente masculinizado, reforçando a ideia de uma mulher exercendo a profissão de maneira igualitária.

O texto de Carmen Portinho, ao descrever a viagem e as impressões sobre o congresso, sublinha a inserção em um espaço de prestígio intelectual e técnico, evidenciando o papel como agente ativa na área da engenharia e urbanismo. A ausência de um discurso de confronto explícito não diminui a relevância simbólica da presença nesse contexto. Pelo contrário, reafirma competência e autoridade, desafiando silenciosamente as normas de gênero que restringem o acesso das mulheres a tais espaços. Nesse sentido, o texto atua como uma representação de uma mulher que ocupa, de maneira assertiva, um espaço reservado aos homens, contribuindo para a afirmação de uma nova postura feminina no mercado de trabalho e nas esferas profissionais. A ausência de um discurso que enalteça a importância da presença feminina no congresso, longe de ser uma omissão, configura-se como uma estratégia discursiva. O não dito, portanto, também se configura como discurso e, nesse caso, carrega em si a potência de uma afirmação silenciosa de transformação social.

A partir das contribuições de Foucault (1996), podemos compreender que o poder do discurso não se estabelece de forma imediata, mas de maneira gradual e socialmente construída. O discurso não é simplesmente “aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (Foucault, 1996, p. 10). Ao publicar esses textos, Maria Ritta e Carmen não estão apenas lutando para garantir a presença

das mulheres no campo político e social, mas estão, de forma estratégica, inserindo-se em uma teia discursiva que visa romper as estruturas de poder estabelecidas.

O ato de escrever e publicar torna-se, assim, uma ação deliberada que se soma a uma cadeia mais ampla de resistência e contra hegemonia, em que o poder não é conquistado de uma vez, mas se constrói ao longo do tempo, através da multiplicação de vozes, narrativas e representações. Esse processo de mudança não é imediato nem linear, mas ocorre lentamente, à medida que as palavras ganham força e se entrelaçam com outras ações e discursos que, coletivamente, desafiam as ideologias dominantes e abrem caminho para transformações sociais mais profundas.

Na *Renovação*, o espaço do editorial é o mais utilizado pela autora para assinar textos em defesa da mulher e pelo reconhecimento de seus direitos. Isso pode ser identificado já na edição número 2, com a publicação do editorial intitulado A Revolução e o Feminismo (Andrade, 1931b). Este é o primeiro texto em que a autora faz uma crítica mais enfática sobre o espaço concedido às mulheres na sociedade. Aproveitando o contexto pós-revolução de 1930, ela sublinha a necessidade de um avanço nas conquistas dos direitos das mulheres, estabelecendo a crítica como uma ferramenta de reflexão e reivindicação.

O que se observa é que Maria Ritta, ao escrever este editorial, não apenas registra uma opinião, mas se insereativamente no processo de construção de um novo campo discursivo, que questiona a hierarquia de gênero e propõe uma reconfiguração do espaço social das mulheres. Assim, o texto não é um fim em si mesmo, mas parte de uma contínua luta por reconhecimento e transformação das estruturas sociais e políticas. A editora, autora dos principais textos feministas publicados na revista e responsável pelo editorial analisado, utiliza sua posição de poder como editora para delinear seus objetivos. Ao controlar o conteúdo impresso nas páginas da *Renovação*, ela não apenas seleciona os discursos que serão veiculados, mas também exerce o poder de moldar as narrativas que circulam naquele contexto. Como editora, ela detinha a autoridade de decidir quais vozes seriam publicadas e quais questões seriam abordadas, influenciando diretamente o campo discursivo da época. Sua posição permitiu-lhe, assim, criar um espaço em que o feminismo, suas preocupações e suas demandas por igualdade fossem tratados com centralidade e força, transformando a revista em um veículo estratégico para impulsionar a discussão e a visibilidade dos direitos das mulheres no Nordeste brasileiro da década de 1930.

Nesse editorial, não apenas faz uma crítica ao sistema político vigente, mas ataca diretamente o machismo, que na época era denominado de “masculinista”, destacando a

construção ideológica do patriarcado como um sistema de privilégio que precisa ser questionado e desafiado. Ao afirmar que o regime decadente mantinha privilégios que iam “afrontosamente, em oposição ao caráter democrático que o rotulava”, e ao destacar que o “mais odioso e revoltante era o masculinista” (Andrade, 1931b, p. 2), a autora inaugura um discurso que não apenas aponta as injustiças sociais às quais as mulheres eram submetidas, mas também sinaliza uma mudança de paradigma. A escolha dessas palavras revela a intenção de abalar as estruturas de poder que naturalizavam a subordinação feminina.

O editorial estabelece um ponto de ruptura com o discurso dominante da época, colocando a questão da igualdade de gênero como uma das bandeiras do novo momento político. Não apenas reflete, portanto, sobre o contexto político, mas se constitui como uma convocação para a ação, com o objetivo de redefinir o papel das mulheres na sociedade brasileira, chamando a atenção para as contradições do sistema social que se pretendia democrático, mas que continuava a marginalizá-las. Esse discurso, ao se contrapor ao status quo, estabelece as bases para um novo discurso, onde a luta das mulheres passa a ocupar um lugar de destaque nas pautas políticas e sociais e coloca a revista como um espaço de resistência, impulsionando a discussão sobre a emancipação feminina e a necessidade de redefinir as relações de gênero em uma sociedade em transformação.

Maria Ritta entrega aos leitores da *Renovação* nesse texto uma reflexão crucial sobre o espaço público e o poder, ao levantar a discussão sobre o direito ao voto para as mulheres. A crítica que faz ao cerceamento da participação feminina nos “negócios públicos” é clara, especialmente ao afirmar: “O mau peso de cercear todos os meios de acção à mulher na colaboração nos negócios publicos, de lhe proibir o votar e ser votada, isto é, o de excluir todo o elemento feminino, que representa mais de metade dos habitantes do Paiz” (Andrade, 1931b, p. 2). Através dessas palavras, a editora não apenas denuncia a exclusão das mulheres do espaço político, mas também coloca em pauta a natureza injusta e antidemocrática desse impedimento, ressaltando que mais da metade da população brasileira está sendo negada sua participação plena na sociedade.

Maria Ritta é enfática e cobra que posicionamentos sexistas deixem de existir no novo momento político do país, chegando a comparar a oligarquia masculina à escravidão:

Quando, em treze de Maio do anno findo, tive a oportunidade de fazer uma conferencia na Liga de Defesa Nacional, na Reunião Solemne de recepção de novas socias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sobre os Direitos da Mulher, disse, ao grande publico que me ouvia, aos representantes dos poderes naquelle epoca, que - o nosso regimen democratico estava manqué; que a hierarchia sexual era retrogada e aviltava tanto o Brazil quanto

o aviltou a escravatura negra; que o governo democrático, unisexual era impossível porque os sexos que se completam no lar se integrarão também na direção da Patria, que é um lar maior, de obrigações multiplas e mais complexas, por isso mesmo que mais exige a colaboração de elementos diversos e equivalentes na sua direção (Andrade, 1931b, p. 2).

Ao fazer essa reflexão, a autora provoca uma crítica contundente à exclusão das mulheres do processo político, levantando a questão: se uma mulher esteve presente na fundação da República, como justificar a retirada das mulheres do centro das discussões e do poder? Para Maria Ritta, a presença da princesa Isabel no contexto histórico da Proclamação da República serve como um símbolo da capacidade e da legitimidade das mulheres para participar ativamente da política.

Da terceira edição da revista, destacamos o texto intitulado *O Surto Feminista*, de autoria de Maria Eugênia Celso, poetisa mineira. A autora discorre sobre os novos espaços ocupados pelas mulheres, reforça a participação crescente no magistério primário e superior e ressalta o trabalho doméstico como algo que não contribui para a emancipação das mulheres, reforçando a necessidade de buscar outras formas de ocupação que levem à independência financeira e intelectual. Alinhado a um contexto de disputas políticas e econômicas presentes na agenda da modernidade capitalista, o discurso de Maria Eugênia reforça a ideia de que a emancipação feminina passa, necessariamente, pelo reconhecimento do papel produtivo da mulher na sociedade. Ao associar o trabalho à dignidade e à consciência de responsabilidade, a autora faz uma crítica implícita à estrutura patriarcal, que historicamente restringiu o espaço feminino ao ambiente doméstico.

Ao analisar este material e os vivas dados por Maria Eugênia à nova fase das mulheres, é importante destacar que o direito ao trabalho feminino, embora celebrado, não representava uma luta inclusiva para todas. Como discutido amplamente por Bell Hooks (2023), em *O feminismo é para todo mundo*, muitas mulheres no século XX ergueram a bandeira do direito ao trabalho e defenderam a inserção no mercado sem reconhecer que outras mulheres que já exerciam atividades laborais desde o século anterior: as mulheres negras, que já deixavam seus lares para trabalhar, principalmente cuidando das casas e dos filhos de mulheres brancas, ou como vendedoras pelas ruas. Ainda assim, a luta pelo direito ao trabalho refletia, em grande parte, as demandas das mulheres brancas e da elite, enquanto as mulheres negras continuavam sendo invisibilizadas e excluídas dessas conquistas. O texto nos permite observar, portanto, os limites do discurso feminista construído por *Renovação*. Maria Eugênia celebra o ingresso das mulheres em novos espaços profissionais e acadêmicos, como ilustrado na citação:

Basta lançar os olhos sobre os concursos abertos nas secretarias ministeriaes, cas casas bancarias, nos estabelecimentos de ensino, onde são cada vez mais numerosos e intellectualmente mais preparados os candidatos femininos, para que irretorquivelmente se nos patenteie o avanço do surto feminista (Celso, 1931, p. 4).

Essa reflexão sobre o avanço das mulheres no mercado de trabalho revela a perspectiva de um feminismo que dialoga com o acesso a profissões formais e prestigiadas, como concursos públicos, ensino e atividades bancárias. Na mesma edição e página em que se encontra o texto *O Surto Feminista*, há uma carta enviada à Maria Ritta, assinada pelas principais lideranças feministas da época, incluindo Bertha Lutz, Maria Eugênia Celso, Carmen Portinho, Carmen de Carvalho e Maria Salomé Cardoso. A carta, que traz votos de felicidades pelo ano novo, é uma demonstração simbólica da validação das conexões de Maria Ritta no movimento feminista nacional. Sua inclusão na revista *Renovação* não é aleatória: Maria Ritta a utiliza como um instrumento para reforçar, localmente, sua legitimidade e representatividade na luta pelos direitos das mulheres.

Considerações finais

A luta por voz e participação política, que se intensificou no Brasil desde o início do século XX, encontra na *Renovação* um ponto de resistência. A revista se tornou um veículo significativo para a ascensão feminina em Sergipe ao abrir espaço para que as mulheres se expressassem em um momento em que, até então, o acesso ao poder discursivo era severamente restrito. Ao dar visibilidade às questões femininas, fortalece a ideia de que a mulher não apenas possui o direito de se manifestar, mas também a capacidade de intervir nas transformações da sociedade.

Funcionando como instrumento de diálogo entre a sociedade sergipana e o emergente movimento feminista brasileiro nos anos 1930, a revista *Renovação* permitia que as ideias feministas se inserissem no tecido social de maneira estratégica e progressiva, preparando o terreno para mudanças mais amplas e duradouras – no primeiro editorial que aborda o tema do feminismo de maneira mais explícita e contundente na *Renovação*, Maria Ritta adota uma retórica persuasiva, desafiando uma sociedade conservadora ao defender um tema ainda pouco aceito naquele contexto. Ao invés de preencher todas as páginas das primeiras edições com textos feministas, Maria Ritta dosou o discurso, escolhendo cuidadosamente os conteúdos e as

mensagens que seriam transmitidas. Essa estratégia gradual permitia que o feminismo encontrasse espaço em uma sociedade profundamente patriarcal sem provocar rupturas imediatas que pudessem causar rejeição. No entanto, os argumentos são robustos e funcionam como um apelo à reflexão e à transformação das estruturas sociais. O texto não só se alinha ao momento histórico, mas também se insere em um processo de renovação das mentalidades, como o próprio título do periódico sugere.

O uso do discurso, aqui, se configura como uma ferramenta poderosa para questionar as estruturas de poder e opressão que marginalizam as mulheres. Maria Ritta, ao colocar a discussão sobre o feminismo nas páginas da *Renovação*, não se limita a um círculo fechado de discussões, mas propõe um debate público, direcionado a um público mais amplo, composto não apenas por intelectuais e ativistas, mas também por anunciantes e leitores diversos, que, ao entrarem em contato com o periódico, seriam provocados a refletir sobre os direitos das mulheres e sua inserção na política.

A análise aqui empreendida permitiu ao trabalho compreender, a partir dos estudos culturais, dimensões em que sujeitos e as instituições são transpassados por diversas dimensões de formações culturais e disputas políticas. A escolha de Maria Ritta de utilizar um veículo de comunicação com um alcance considerável e impacto em diversos setores sociais amplifica a potência de sua mensagem. Ela não se limita a reivindicar o direito ao voto como uma causa isolada, mas insere a luta das mulheres no contexto de uma transformação política mais ampla, que envolve a redefinição das relações de poder na sociedade brasileira. Esse movimento é um exemplo de como o discurso é utilizado não apenas para expor uma realidade, mas para provocar reflexão e, potencialmente, incitar a mudança dentro de uma sociedade que até então vinha marginalizando as mulheres na esfera pública.

Referências

- ANDRADE, Maria Ritta Soares de. A Revolução e o Feminismo. **Renovação**, Aracaju, n. 2, p. 1, 1931b.
- BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina. São Paulo: Loyola, 1981.
- CELSO, Maria Eugênia. *O surto feminista*. **Renovação**, Aracaju, n. 3, p. 4, 1931.
- DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe**: República (1889/2000). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Aracaju: Seduc, 2022.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educação, trabalho e ação política**: sergipanas no início do século XX. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HOOKS, Bell. **O Feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

MEHL, Dominique. La télévision de l'intimité. In: **French Cultural Studies**, v. 18, n. 2, p. 153-167, 2007.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PINA, Maria Lígia Madureira. **A mulher na história**. Aracaju: s.n.t., 1994.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas**: 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (Org.). **Dicionário de Mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

WILLIAMS, Raymond. **Marxism and literature**. Oxford Paperbacks, 1977